

MARQUES, Ana Paula – Centralidade paradoxal do trabalho: dois reptos para uma sociologia crítica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 51-60. ISSN 2182-7419.

CENTRALIDADE PARADOXAL DO TRABALHO: DOIS REPTOS PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA

ANA PAULA MARQUESⁱ

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (ICS-UMinho)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

RESUMO

Combater a desproblematização do trabalho e resgatar a atenção intelectual e o interesse socio-teórico de (re)produção da vida social orientam o presente texto a propósito da Edição Comemorativa dos “20 anos, 20 questões sociais, 20 artigos”, da revista *Configurações*. A urgência de uma teoria social que reatualize a centralidade paradoxal do trabalho, inscreve-se num debate que vai além das perspetivas tecno-deterministas, de foro otimista ou pessimista, tão em voga nas últimas décadas. Sobre a centralidade paradoxal e o (futuro) do trabalho, cada vez mais mediado por plataformas digitais, algoritmos e subjetividades recursivas, deixam-se dois reptos para uma sociologia do trabalho crítica.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, centralidade, plataformas digitais, subjetividades, sociologia crítica

ABSTRACT

THE PARADOXICAL CENTRALITY OF LABOUR: TWO CHALLENGES FOR A CRITICAL SOCIOLOGY

Combating the de-problematisation of work and reclaiming the intellectual attention and socio-theoretical interest in the (re)production of social life guide this text on the occasion of the “20 years, 20 social issues, 20 articles” Commemorative Edition of the *Configurações* journal. The necessity for a social theory that updates the paradoxical centrality of work is part of a debate that extends beyond the techno-deterministic, optimistic or pessimistic perspectives that have been prevalent in recent decades. In light of the paradoxical centrality of work and its future in an increasingly mediated environment through digital platforms, algorithms and recursive subjectivities, two challenges are posed for a critical sociology of work.

KEYWORDS: labour, centrality, digital platforms, subjectivities, critical sociology

RESUMÉ

LA CENTRALITÉ PARADOXALE DU TRAVAIL : DEUX DÉFIS POUR UNE SOCIOLOGIE CRITIQUE

Combattre la déproblématisation du travail et raviver l'attention intellectuelle ainsi que l'intérêt socio-théorique pour la (re)production de la vie sociale guident ce texte à l'occasion de l'édition commémorative «20 ans, 20 questions sociales, 20 articles» de la revue *Configurações*. L'urgence d'une théorie sociale qui revitalise la centralité paradoxale du travail s'inscrit dans un débat qui dépasse les perspectives techno-déterministes, qu'elles soient optimistes ou pessimistes tant en vogue au cours des dernières décennies. Au sujet de la centralité paradoxale et du (futur du) travail, de plus en plus médiatisé par des plateformes numériques, des algorithmes et des subjectivités récursives, deux défis sont posés pour une sociologie critique du travail.

MOTS-CLÉS: travail, centralité, plateformes numériques, subjectivités, sociologie critique

INTRODUÇÃO

Combater a desproblematização do trabalho (Honneth, 2008) e resgatar a atenção intelectual e o interesse socio-teórico de (re)produção da vida

social orientam o presente texto a propósito da Edição Comemorativa dos “20 anos, 20 questões sociais, 20 artigos”, da revista *Configurações*. Assume-se o trabalho como uma das categorias sociais indispensáveis na análise de configurações societais, bem como se alavanca a imaginação de futuros possíveis de processos e interações sociais.

A exploração da centralidade paradoxal do trabalho remete-nos para dimensões diversas, entre elas a (des)regulação de vínculos laborais, o reforço/resistência de estratégias gestionárias e de reburocratização digital, próximo de que hoje se designa de (re/neo)taylorização, que suscitam o debate em torno do grau de liberdade/constrangimento dos trabalhadores. Mas também do papel do Estado e das políticas públicas, seus dilemas face às múltiplas desigualdades sociais interseccionais, que, sob a influência de profundas alterações tecnológicas e ambientais, se inserem num movimento mais profundo de erosão de coletivos e culturas de trabalho, pugnando-se pela urgência de vinculação social (Marques, 2020a).

O presente texto parte da centralidade paradoxal do trabalho, que vai além das perspetivas tecno-deterministas, de foro otimista ou pessimista, tão em voga nas últimas décadas, para reinscrever o debate à luz da disseminação de plataformas digitais, algoritmos e subjetividades. Termina com dois reptos para uma sociologia do trabalho crítica.

1. PARA UMA CENTRALIDADE PARADOXAL DO TRABALHO

O trabalho constitui uma experiência central da contemporaneidade. Diverso e relativo nas suas formas e conteúdos, bem como na sua significação social (Gamst, 1995; Marques, 2023), o trabalho exprime profundos contrastes (Bourdieu, 1996) e convoca uma centralidade paradoxal face à lógica mercadológica das relações de trabalho que impera na sociedade e economia hipercompetitivas. Desde logo porque o trabalho abstrato, enquanto valor de troca, continua a alimentar a dinâmica capitalista de extração de valor e acumulação de riqueza. Por sua vez, como valor de uso, o trabalho associa-se a modos de realização (e modos de si), fonte de estatuto e identidade social. Porém, este nem sempre fundamenta uma divisão social moral baseada na reciprocidade e no

reconhecimento (Honnett, 2011) dos contributos individuais e coletivos para a (re)produção do mundo em que vivemos. Atributos de pertença, reconhecimento e identificação no e pelo trabalho expressam distintas condições e posições na estrutura do poder económico, social e simbólico, se atendermos às lógicas de (re/neo)taylorização e precarização de condições objetivas e subjetivas do trabalho (Choonara *et al.*, 2022).

Esta dinâmica contraditória alia-se ao (des)valor do trabalho e às suas múltiplas faces de crise e subjetivação nas sociedades modernas (Marques, 2020b; Marques e Silva, 2024), que se fazem sentir, muito em especial, junto de segmentos populacionais, desde os que se encontram privados de competências para integrarem o mundo do trabalho, até aos que, estando dentro, resistem e/ou apresentam comportamentos indicadores de mudanças ou novos fenómenos a merecerem a nossa atenção. Neste domínio, destacam-se fenómenos como *stress laboral*, *presentismo*, *quiet quitting/loud quitting*, entre outros, que sugerem um descentramento do valor do trabalho perante a incerteza e instabilidade laborais, relativizando-o em prol de valores como a felicidade, o bem-estar e a saúde mental, mas também da priorização de causas societais e ambientais.

Aquela dinâmica contraditória do trabalho atinge também os grupos sociais que enfrentam a desvalorização e exclusão laboral. Tal acontece com o trabalho das “domésticas” que não trabalham, apenas fazem as suas atividades de casa, ou com o trabalho que realizamos para nós mesmos, que possui, quando muito, um grande valor de uso. O mesmo raciocínio mercantilista tem acompanhado o não reconhecimento de atividades que integram o “terceiro sector” ou a economia social, apesar do seu relevante valor de uso (pela proximidade, dignificação e integração de diversos públicos sociais). E é com esta mesma lógica que se interpreta tanto a situação dos desempregados de longa duração (Marques, 2009), como a dos jovens sem emprego e dos inativos, que são socialmente marginalizados porque estão excluídos do mercado de trabalho (Marques, 2020c).

Para lá das polémicas sobre o futuro do trabalho (destruição *versus* criação de emprego), que mediatizaram os debates das décadas de oitenta e noventa do século passado e se reatualizam no contexto das

sociedades digitais, é consensual admitir-se que o trabalho enfrenta profundas metamorfoses e expressa, sobretudo, novas formas de compreender a interação da atividade humana em processos coletivos de (re)produção do mundo.

2. ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: PLATAFORMAS DIGITAIS, ALGORITMOS E SUBJETIVIDADES

Na parábola sobre a desumanização dos seres humanos subjugados pelas suas próprias invenções, Aldous Huxley projeta na ficção científica de *Admirável mundo novo*¹ o preço da humanidade sob a vigilância contínua. Nesta distopia literária, a sociedade e os indivíduos estão subjugados à ciência e tecnologia, à hiperprodutividade e consumismo desenfreados, à busca do prazer instantâneo sem emoções, à alienação e ausência de sentido crítico. Distando nove décadas, estes atributos remetem, em grande medida, para a atualidade das plataformas digitais, algoritmos e subjetividades.

Sabemos que as plataformas digitais têm vindo a colonizar importantes áreas da vida privada e social, porém, é ao nível do sistema produtivo (e.g., logística, serviços, formação/educação, comunicação) que as transformações das relações de trabalho têm vindo a exigir maiores desafios dos diversos atores institucionais coletivos e individuais. Enquanto movimento de fundo, este “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2017), cujo modelo de negócio tem como principal ativo os “dados” (e.g. Chandler e Fuchs, 2019; Huws, 2016), contribui tanto para profundas metamorfoses de (infra)estruturas tecnológicas e económicas, como para a transformação de dimensões organizacionais e relacionais dos atores sociais. Subscrevemos a posição de van Dijck et al. (2018, p. 2), ao afirmarem que as plataformas digitais não refletem apenas o social, pelo contrário, são produtoras de estruturas sociais em que vivemos, intervêm e modelam normas sociotécnicas específicas que coproduzem margens de ação dos atores sociais, redefinindo-se as suas oportunidades de “agência” face à vasta panóplia de dispositivos que mediem as interações humanas (desde a Internet das Coisas, BIG DATA,

¹ Título original, *Brave New World*, com primeira edição em 1932.

Inteligência Artificial, Automação, Robotização, entre outras inovações). Relacionado com isto, comprehende-se que os “dados” tendem a “governar-nos”, aparentemente de forma neutra, sem violência e emoção, mas impondo ritmos e objetivos de desempenho cada vez mais exigentes nos quotidanos de trabalho. Porém, quando inseridos em práticas de microgestão e de vigilância oculta, como novas formas de controlo indireto e algorítmico e de exploração, contribuem para uma lógica predadora de um *win-win* e/ou de ilusão da *gamificação*, tão em voga nas narrativas gestionárias e de responsabilidade corporativa no mundo do trabalho. Este poder das métricas e dos “dados” (Zuboff, 2019) impõe-se sempre que não se atinjam certas metas e patamares de desempenho/excelência, pelo que, em muitas circunstâncias, nos “zangamos” e nos “frustramos”, i.e., autoassumimos o ónus da “punição”. Como tal, o processo de extração de valor no quadro de uma economia neoliberal é simultaneamente um processo de modelagem das subjetividades.

Neste cenário, a questão-chave das plataformas digitais não é apenas o poder que têm de ofuscar a polarização social e o comportamento humano, mas o facto de a produção algorítmica de subjetividades surgir como uma relação social específica, em que cada um de nós contribui para o fluxo contínuo de escolhas realizadas. Ou seja, são formas específicas de auto/heterodiferenciação social em que cada um de nós participa na construção da realidade, nos modos como nos relacionamos uns com outros e, no limite, como olhamos o mundo. Como referem Armano *et al.* (2022: 6), para além do poder de controlar e prever, os algoritmos têm uma capacidade *onto-formativa*, que se encontra longe da neutralidade, contendo determinismos sociais e reproduzindo diversos tipos de discriminação social e cultural.

3. PARA UMA SOCIOLOGIA DO TRABALHO CRÍTICA: DOIS REPTOS

Para a análise do reportório de fenómenos, tão em voga na literatura especializada, como “sociedades digitais”, “poder e cultura algorítmica”, “subjetividades recursivas”, “subordinação e resistência”, “exploração e prazer”, entre outros, que expressam camadas de espessura social heterogénea, contraditória e nem sempre tangível, exigem-se esquemas

de inteligibilidade orientados para dimensões de estruturação, interação e operadores ideológico-normativos, simbólicos e sociocognitivos de atores sociais e suas condições objetivas e subjetivas de agenciamento na atualidade. Neste contexto, deixamos dois reptos a título de ilustração e desafio para análises robustas no quadro de uma sociologia crítica.

O primeiro decorre do repto lançado por Castillo de “regressarmos aos clássicos” (1998, p. 90). Diz-nos o autor que, ao contrário do divulgado na “literatura de aeroporto”, muitos dos fenómenos que pensamos ser produto das “novas tecnologias”, ou de “novas formas de organização do trabalho”, não são tão novos como isso:

Nenhum teórico ou investigador no seu perfeito juízo duvida hoje, no nosso campo, de que a redutora, escorregadia e multiforme (ou disforme...) noção ou descrição de ‘emprego’, para já não falarmos desse trabalho adjectivado a dobrar como formalmente assalariado, constitua um obstáculo quando queremos pensar o trabalho, os trabalhos dos nossos dias, trabalhos esses que se tornam cada vez mais imperceptíveis para um olhar que não saiba ser, ele próprio, complexo, inquirindo para além desse esplendor de fogo-de-artifício fabricado sob o rótulo de ‘o fim da sociedade do trabalho’ (Castillo, 1998, p. 134).

O caminho a seguir é, portanto, “buscar o trabalho”, porque sem ele a “Sociologia do Trabalho perde o rumo ou afunda-se em debates dilettantes que pouco ou nada têm que ver com as mulheres e os homens reais (que, de facto, trabalham)” (*idem*: 150). Com os contributos da teoria e da história, diz-nos o autor que “o primeiro passo é redescobrir o trabalho. E, com ele, ao mesmo tempo, uma sociologia que necessita urgentemente de novas linhas de pensamento para compreender as sociedades complexas dos nossos dias” (*idem*: 152). Como tal, importa assumir uma sociologia do trabalho crítica que, mobilizando diferentes e pertinentes estratégias teórico-metodológicas, contrarie e supere as veladas “suspeitas” de dogmatismos, ideologismos, sociologismos e

outras expressões de idêntico valor semântico, na hierarquia de saberes, incluindo na academia e seu campo de estruturação de relações distintas.

O segundo, no alinhamento da sociologia crítica da Escola de Frankfurt, Alex Honneth (2008)² avança o repto de se combater a “desproblematização” do trabalho para se defender um conceito emancipatório, humano do trabalho, no quadro do ideal cooperativo democrático. Ao estimular a integração dos fenómenos relacionados com o mundo do trabalho vivido, Honneth abre a possibilidade de se avançar para uma “sociologia reconstrutiva crítica”, argumentando que:

O afastamento da teoria social do campo do trabalho, obviamente tem mais do que apenas razões oportunistas. Seria sobretudo míope supor no silêncio dos intelectuais e dos teóricos sociológicos apenas expressão de uma má vontade para se ocupar das necessidades reais da população. Na desprofissionalização da esfera do trabalho se expressa, sobretudo, também, a percepção de que, face às relações de produção realmente dadas, todas as sugestões para a melhoria profunda na estruturação do trabalho recebam rapidamente o carácter de exigências apenas normativas (2008, p. 47-48).

Será através da teoria social do reconhecimento que Honneth (2011) projeta tanto uma crítica interna à divisão social do trabalho, pela não consciência dos pressupostos morais da relação trabalho e mercado, como externa ao modo de produção capitalista. Ao destacar o abismo entre a realidade social e as expetativas utópicas relativas ao trabalho, atende às metamorfoses dos sentidos de legitimação das ordens sociais inscritas na divisão social do trabalho, num processo dialético em que qualquer indivíduo se pode tornar “ator” ou “sujeito” de si mesmo no contexto em que se insere. Portanto, as representações e as expetativas

² Para Honneth (2008), as questões relativas à integração política e direitos de cidadania, que configuram as transformações culturais das últimas quatro décadas, têm estimulado mais os intelectuais e contribuído para a teoria crítica da sociedade do que os fenómenos relacionados com o mundo do trabalho.

em torno das atuais transformações das relações de trabalho permitem-nos aceder aos sistemas de conhecimento elaborado e partilhado socialmente, às orientações e juízos de valor em torno das esferas da vida profissional e privada dos trabalhadores, aproximando-nos da *intersubjetividade* como matéria-prima por excelência na análise das transformações das estruturas normativas em curso.

Mais do que elencar uma teoria do reconhecimento, Honneth (2008, 2011, 2014) pretende dar conta de como as mudanças da configuração das relações de trabalho também podem ser expressão de não reconhecimento, precarização e desintegração social, no fundo, sinais de “barbarização” dos nossos tempos. Além da crítica contundente às tendências históricas de empobrecimento e mercadorização do trabalho, na senda de uma racionalização taylorista-fordista, este repto conduz-nos à atualidade frente à destruição de trabalho vivo por força de plataformas digitais, de uma “não consciência” do poder dos algoritmos, do empobrecimento e degradação das expectativas dos atores sociais, de um *ethos* assente na performance individualizada refratária de direitos sociais e laborais.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

BIBLIOGRAFIA

- ARMANO, Emiliana; BRIZIARELLI, Marco; RISI, Elisabetta – *Digital Platform and Algorithmic Subjectivities*. London: University of Westminster Press, 2022. ISBN 9781914386114.
- BOURDIEU, Pierre – La double vérité du travail. *Actes de la recherche française*. Paris. ISSN 0335-5322. 114 (1996) 89-90.
- CASTILLO, José – *El Trabajo del Futuro*. Madrid: Editorial Complutense, 1998. ISBN 9788489784871.
- CHANDLER, David; FUCHS, Christian – *Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data*. London: University of Westminster Press, 2019. ISBN 978191265608.
- CHOONARA, Joseph; MURGIA, Annalisa; CARMO, Renato Miguel – *Faces of Precarity. Critical Approaches to Precarity: Work, Subjectivities and Movements*. Bristol: Bristol University Press, 2022. ISBN 9781529220070.

- GAMST, Frederick – *Meanings of work. Considerations for the twenty-first century*. New York: State University of New York Press, 1995. ISBN 0791424138.
- HONNETH, Alex – Barbarizações do conflito social. Lutas por reconhecimento ao início do século 21. *Civitas*. Porto Alegre. ISSN 1519-6089. 14:1 (2014) 154-176.
- HONNETH, Alex – *Luta pelo Reconhecimento: para uma Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 9789724415628.
- HONNETH, Alex. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas*. Porto Alegre. ISSN 1519-6089. 8:1 (2008) 46- 67.
- HUWS, Ursula; SPENCER, Neil; SYRDAL, Dag; HOLTS, Kaire – *Work in the European Gig Economy: Research Results from the UK, Sweden, Germany, Austria, The Netherlands, Switzerland and Italy*. Bruxelas: FEPS – Foundation for European Progressive Studies, 2017. [Consult. 2 Jul. 2022]. Disponível em: <https://feps-europe.eu/wp-content/uploads/2017/11/Work-in-the-European-Gig-Economy-%E2%80%93-Employment-in-the-era-of-online-platforms.pdf>.
- MARQUES, Ana Paula – *Trajectórias Quebradas. A vivência do desemprego*. Porto: Profedições, 2009. ISBN 9789728562618.
- MARQUES, Ana Paula – Regresso ao trabalho em tempos pandémicos: urgência de vinculação social. In MARTINS, Manuela; RODRIGUES, Eloy – *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo III: Projeções*. Braga; UMinho Editora, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.25.7>. ISBN 9789898974297. pp. 127-151.
- MARQUES, Ana Paula – Crise e trabalho: interrogações em tempos de pandemia. In OLIVEIRA, Madalena; MACHADO, Helena; SARMENTO, João; RIBEIRO, Maria do Carmo – *Sociedade e crise(s)*. Braga: UMinho Editora, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>. ISBN 9789898974303. pp. 31-37.
- MARQUES, Ana Paula – Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde* [Em linha]. 18:e0024981 (2020c). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00249>. ISSN 1981-7746.
- MARQUES, Ana Paula – *Contributos para uma Sociologia do Trabalho*. Braga: Copissaurio Repro Lda, 2023. ISBN 9789893338452.
- MARQUES, Ana Paula; SILVA, Esser Jorge – Metamorfoses e subjetivação do trabalho digital em contexto de pandemia. In ESTANQUE, Elísio; BARBOSA, Agnaldo; MACIEL, Fabrício (Orgs.) – *Re-trabalhando as Classes no Diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-Covid*. Universidade Estadual Paulista: Fundação Editoria da UNESP-Franca/SP, 2024. ISBN 9786557112243. pp. 189-215.
- SRNICEK, Nick – *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017. ISBN 9781509504879.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; de WAAL, Martijn – *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford: Oxford University Press, 2018. ISBN 0190889772.
- ZUBOFF, Shoshana – *The Age of Surveillance Capitalism. The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: Public Affairs, 2019. ISBN 9781610395694.